

# Sarney veta retirada das medidas de emergência

ARTUR PEREIRA

BRASÍLIA — O Governo vai colocar em ação sua base de apoio na Assembléia Constituinte para evitar que as medidas de emergência sejam retiradas do atual texto constitucional, como querem setores "progressistas" do PMDB, e as bancadas do PT, PDT, PC do B e PCB. A posição do Executivo foi colocada pelo próprio Presidente José Sarney, no encontro que teve domingo à noite com o Presidente da Assembléia, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães.

Em seguida ao encontro no Palácio da Alvorada, Ulysses expôs, na mesma noite, as posições de Sarney a um grupo de parlamentares do PMDB, que reuniu na residência oficial da Presidência da Câmara. Ele explicou que a reação do Governo à retirada das medidas de emergência não significa que pretenda utilizá-las. A posição do Presidente, segundo Ulysses, é de que a retirada das medidas de emergência abriria um precedente perigoso, colocando em jogo a duração do mandato presidencial. Ou seja, da mesma forma que a Constituinte poderia retirar as medi-

das de emergência, poderia encurtar o mandato de Sarney. O precedente estaria aberto, conforme a visão do Palácio do Planalto.

Nesta etapa de negociações, ao que tudo indica, a orientação do Governo está sendo acatada. No trabalho de elaboração do Regimento Interno da Constituinte, por exemplo, o Líder do PMDB no Senado e relator da matéria, Fernando Henrique Cardoso, ignorou todas as propostas no sentido de facultar aos constituintes a possibilidade de alterar a Constituição vigente.

No encontro do Palácio da Alvorada, o Presidente José Sarney reiterou a Ulysses Guimarães o desejo de que se mantenha na Presidência do PMDB. Conforme a interpretação de um parlamentar presente à reunião na residência do Presidente da Câmara, Sarney entende que com Ulysses no comando do Partido as chances de rebelião na irrequieta bancada peemedebista são menos prováveis. "O Ulysses ainda detem o controle sobre o PMDB", atesta o ex-Líder da bancada na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga.

Animado com o apoio recebido do Presidente da República, Ulysses Guimarães não perdeu tempo. Na

noite de ontem, convocou uma reunião em sua residência para discutir o preenchimento das futuras vagas da Executiva do PMDB e teve o cuidado de chamar o Senador Affonso Camargo (PMDB-PR), um dos que aspiram ao comando do Partido. Curiosamente, contudo, não fez questão da presença do Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder no Senado.

"Você está muito ocupado com o Regimento. Não quero tomar seu tempo", disse-lhe, liberando-o de comparecer ao encontro.

José Sarney e Ulysses Guimarães aproveitaram o encontro de domingo para fazerem uma avaliação geral sobre as questões políticas e econômicas. Também abordaram a controversa questão da reforma ministerial, sendo que Ulysses deixou o Palácio da Alvorada convicto de que Sarney não promoverá alterações a curto ou médio prazo. O Presidente, segundo revelou um interlocutor próximo a Ulysses, deixou claro que pretende "jogar o problema com a barriga". Isto é, só fará a reforma no Ministério quando não a puder mais protelar.

Da mesma forma objetiva com que defendeu a manutenção das medidas

de emergência e a permanência de Ulysses Guimarães na Presidência do PMDB, o Presidente Sarney disse que não cogita da saída do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro. A notícia agradou ao Presidente do PMDB, um dos melhores amigos de Funaro.

Na permanência de Dilson Funaro, aliás, reside uma das explicações para a decisão do Presidente Sarney de não alterar seu Ministério, pelo menos por enquanto. Uma reforma ministerial, segundo a interpretação de políticos do PMDB, forçosamente começaria pela troca da equipe econômica. A decisão de manter os atuais formuladores da política econômica tornaria sem sentido a troca de outros Ministros. Outro fator decorre das recentes posições adotadas pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que entrou em rota de colisão com Dilson Funaro e sua equipe. Qualquer posição adotada pelo Presidente, demitindo ou mantendo seu Ministro das Minas e Energia, o fortaleceria politicamente. Demitido, Aureliano Chaves sairia à frente na corrida à sucessão de Sarney. Mantido, seria um Ministro intocável dentro do Governo.

## Grupo Católico quer nova Carta sem divórcio

BRASÍLIA — A futura Constituição poderá acabar com o divórcio, instituído no Brasil há quase dez anos, se depender do Grupo Parlamentar Católico, que já conta com 18 Deputados e Senadores. Eles se reúnem amanhã, na residência do Senador Affonso Camargo (PMDB-PR), para definir a sua estratégia de atuação e tentar aglutinar mais parlamentares dispostos a defender, pelo menos, 15 teses de interesse da Igreja.

O Grupo foi criado na última sexta-feira, após uma reunião com o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, e com o Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, identificados com a "ala conservadora" da Igreja. Segundo Dom José, as 15 teses fazem parte do documento "Por uma nova ordem constitucional", aprovado pelo Episcopado brasileiro. Entre elas estão o casamento indissolúvel e o direito à vida (condenação ao aborto). Entre os parlamentares que formam o Grupo ele citou os Senadores Affonso Camargo (PMDB-PR) e Meira Filho (PMDB-DF) e os Deputados Alvaro Valle (PL-RJ) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

## Fernando Henrique crê que não há base legal para mudar Constituição

BRASÍLIA — O Relator do Regimento da Constituinte, Senador Fernando Henrique Cardoso, disse ontem não haver "nenhuma base legal" na proposta de soberania da Assembléia para modificar a atual Constituição. Fernando Henrique, que na sexta-feira apresentará seu substitutivo ao Regimento, argumentou que os regimentos de todas as Constituintes anteriores deixavam claro que à Assembléia cabia apenas discutir matéria constitucional.

O substitutivo de Fernando Henrique será discutido sábado e domingo, quando a Assembléia vai se reunir em caráter extraordinário. Preocupado com o quorum para essas sessões — quase não houve número ontem — o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, apelou aos Parlamentares para que não saiam de Brasília no próximo final de semana.

Fernando Henrique disse que "se não houver uma circunscrição da soberania da Assembléia, haverá o despotismo" e afirmou ser contrário até mesmo à idéia de que a remoção do chamado "entulho autoritário" seja feita via Congresso Nacional.

— A atual Constituição é inteira

autoritária e temos que criar condições para enterrá-la em seu conjunto — disse Fernando Henrique.

O Senador ressaltou, contudo, que não poderá recair sobre a Constituinte nenhum tipo de constrangimento para a elaboração da nova Carta. Ele acha, por exemplo, que as medidas de emergência — um dos pontos que os progressistas querem eliminar — "não valem" para a Assembléia Nacional Constituinte, que tem força política para evitar sua aplicação.

Após reunião na noite de domingo com Ulysses Guimarães e outras lideranças do PMDB, Fernando Henrique decidiu não colocar no Regimento a proposta de referendo para aprovação da nova Constituição. Na reunião, chegou-se à conclusão de que esta não é uma questão regimental, e sim um assunto a ser definido por um artigo da nova Constituição.

Será apresentado pelo Relator um parecer, em separado, favorável à realização de plebiscitos no final do trabalho, quando determinados assuntos polêmicos — como aborto e pena de morte, por exemplo — se-

## Ferreira Lima considera que pedir diretas agora pode truncar transição

RECIFE — O Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse ontem que o ressurgimento da campanha para eleição direta do Presidente no momento constitui um erro grave, que poderia truncar a transição política do País, levando-o a uma fase de incerteza bem mais séria do que a vivida agora por toda a população.

Segundo ele, é certo que o Governo Federal perdeu o apoio da sociedade após o anúncio do Plano Cruzado II e por isso é fundamental que a sua legitimidade seja restaurada de imediato. Egidio acha que o momento é de advertir o Governo, como vem fazendo o PMDB, e ao mesmo tempo de oferecer-lhe todo o apoio para que transponha a crise.

— A eleição direta já — acrescentou — é um remédio heróico e arriscado, por isso mesmo só poderá ser deflagrado um movimento como última solução para sairmos desta grave crise econômica e social.

O Deputado pernambucano acredita que deve haver um movimento na

Constituinte que referende o mandato do Presidente Sarney e uma definição do papel do Poder Legislativo ordinário, limpando a ordem jurídico-constitucional vigente de seus pontos mais contestados.

— Feito isso, teremos de imediato uma descontração na área político-institucional. O Presidente da República terá mais força, se for referendado o seu mandato, o que não significa dizer que seja de seis anos. O mandato deverá ser de quatro anos, pois esse é o período que o compromisso da Aliança Democrática estabeleceu em 1984 — frisou.

Para Egidio, é ilusório pensar que se resolverá o problema econômico-social sem que se resolva antes o problema político e institucional, com a queda do regime autoritário e a revitalização da credibilidade do Governo. Ele pensa que a crise está chegando a um ponto de maturação, devido ao drama da dívida externa, o que obrigará o Governo a tomar novas medidas em breve.

## Piccoli espera que o País tenha Constituição liberal

São Paulo — Após um almoço com o Governador Franco Montoro, a quem considera a maior expressão de sua corrente político-partidária no País, o Presidente do Partido da Democracia Cristã (DC) da Itália, Flaminio Piccoli, disse que os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil são "uma decorrência da forma fechada com que os militares conduziram a economia do País". E acrescentou que a Assembléia Nacional Constituinte poderá ter uma influência significativa na solução das questões econômicas e também no que se refere à justiça social, educação e saúde.

Flaminio Piccoli afirmou que vê "com profundo interesse o avanço da democracia na passagem dos Governos militares para os civis" e disse que está disposto a contribuir, dentro do possível, para que seja promulgada uma Constituição liberal no Brasil.

O Presidente Internacional da Democracia Cristã da Itália estabeleceu

um paralelo entre a importância do momento em que o Brasil vive a elaboração de sua nova Carta e a comemoração dos 40 anos da Constituição italiana, promulgada após a Segunda Guerra Mundial, em 1946.

Disse que a variada gama de tendências políticas na elaboração da Constituição italiana foi, em grande parte, responsável pelo avanço de seu País nas áreas política, econômica e social. Piccoli, que retorna hoje a Roma, contou que, como Presidente Internacional do seu partido, conhece praticamente o mundo todo — "exceção às Filipinas" — e chegou à conclusão de que os problemas que afligem os países são os basicamente os mesmos.

Ele elogiou o Governador Franco Montoro pela fundação do Instituto Latino-Americano, com o objetivo de "reduzir o poder das fronteiras entre países irmãos, integrando-os para, juntos, enfrentarem o desafio do desenvolvimento democrático e econômico".